

O *NECROTÉRIO DOS VIVOS* DE EDUARDO TADDEO SOB A ÓTICA
DA NECROPOLÍTICA DE ACHILLE MBEMBE – BREVES
CONSIDERAÇÕES

Joane dos Santos Araújo

*“Mesmo longe dos sacos de corpos
Mesmo sem coração crivado de tiros
Mesmo sem túmulo com a sua foto
Você aqui jaz no Necrotério dos Vivos”
(refrão do rap necrotério dos vivos)*

RESUMO

Neste artigo analiso o *rap necrotério dos vivos*, faixa-título do CD lançado em março de 2020 pelo *rapper* paulistano Carlos Eduardo Taddeo, ex-vocalista do grupo Fação-Central, a partir da discussão proposta pelo teórico político, filósofo e historiador camaronense Achille Mbembe (2014;2018) sobre necropolítica – as políticas de morte adaptadas e operacionalizadas pelo Estado. Apresento a pertinência teórico-explicativa desse conceito para a compreensão de contextos e experiências de exclusão e extermínio das vidas consideradas subalternas nas favelas e periferias das grandes cidades brasileiras. Estabeleço, por fim, uma aproximação ou convergência do conteúdo narrado/cantado que elegemos como objeto de análise com a crítica pós-colonial de Mbembe a partir de reflexões que permeiam temas como racismo de Estado, política da inimizade e do extermínio das “humanidades” consideradas inferiores e perigosas.

Palavras-chaves: *rap*. Periferia. Violência. Racismo. Necropolítica.

SUMMARY

In this article I analyze the rap *mortério dos vivos*, title track of the CD released in March 2020 by São Paulo rapper Carlos Eduardo Taddeo, former vocalist of the group Fação-Central, based on the discussion proposed by Cameroonian political theorist, philosopher and historian Achille Mbembe (2014;2018) on necropolitics – the policies of death adapted and operated by the State. I present the theoretical-explanatory relevance of this concept for the understanding of contexts and experiences of exclusion and

extermination of lives considered subaltern in the slums and outskirts of large Brazilian cities. Finally, I establish an approximation or convergence of the narrated/sung content that we chose as an object of analysis with Mbembe's post-colonial critique based on reflections that permeate themes such as State racism, politics of enmity and the extermination of "humanities" considered inferior and dangerous.

Keywords: rap. Periphery. Violence. Racism. Necropolitics.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades abissais ainda presentes nas realidades dos países latino-americanos, enraizadas por um sistema econômico cada vez mais brutal, são resultado de processos globais de acumulação por espoliação. Nestas estão as bases de continuidades que persistem nas violências e segregações de nossa sociedade. Nas décadas de 1980-1990 com consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil setores da sociedade que já não gozavam de condições dignas de vida foram ainda mais afetados pela profunda crise social que afetou o país.

Nesse cenário o rap engajado se destaca como vertente expressiva dessa cultura musical, configurando-se como instrumento de intervenção e denúncia. Narrando a miséria, a criminalidade, a violência policial, racismo, sistema carcerário desumano, acesso precário aos serviços públicos, entre outros temas, estabelece um intenso diálogo entre música e vida social, formas de expressão artísticas e políticas associadas ao cotidiano da periferia.

O álbum duplo “*O necrotério dos vivos (2020)*” é o segundo trabalho solo do *rapper* paulista Carlos Eduardo Taddeo, 45 anos, ex-vocalista e letrista único do Facção Central (FC), um dos grupos de rap mais “indigestos”, de 1989 a 2013. Eduardo, ao lado de *rappers* como Mano Brown, do Racionais MC’s, é parte viva da história do rap nacional que explodiu nas periferias de São Paulo. “*O necrotério dos vivos*” impressiona pela diversidade e atualidade de temas abordados, o que mostra que o *rapper* está atento as

demandas de hoje, e que as incorporou as suas reivindicações. Letras contundentes e politizadas em torno de questões sociais complexas são narradas/cantadas com “agressividade” típica do ex-líder do FC.

O gênero musical *rap* é um elemento da cultura hip-hop que, em sua totalidade – como música, composição textual, produto e prática socioculturais e expressão política – são fenômenos da sociedade na qual se inserem. Este gênero musical se relaciona com a dinâmica de acontecimentos sócio-históricos de nosso tempo, constituindo em nossa análise uma das leituras possíveis do Brasil contemporâneo.

O *rap*, enquanto produção artístico-cultural, não reflete fielmente a realidade, mas aponta indícios importantes de um processo social em permanente construção. Nesse processo os *rappers* colocam em movimento visões de mundo que desnaturalizam as desigualdades, a pobreza e outras perversidades impostas pela ordem do capital, vividas por eles e pelo seu público. Como produções e, claro, representações pelas quais os indivíduos e grupos dão sentido ao seu mundo, essa cultura musical elucida relações de poder e constitui práticas dissonantes com a ordem social hegemônica.

Nesse sentido, interessa-nos problematizar o tipo de experiência social que o discurso – as crônicas de guerra¹ criadas e narradas – do *rapper* Eduardo Taddeo revela. Essas crônicas musicais constituem, em nossa análise, documentos que possibilitam a reflexão sobre as articulações que o *rapper* constrói entre cultura, cotidiano e realidade política.

Escrever sobre as experiências sociais narradas nas crônicas musicais do *rapper* paulista Eduardo Taddeo sob a ótica do conceito de necropolítica e, claro, das implicações deste com a discussão sobre racismo de Estado, constitui um dos diversos tentáculos que o desenvolvimento de nossa pesquisa de doutorado nos apresenta. A proposta deste artigo é analisar uma

¹ Tese defendida pelo *rapper paulistano* desde a época que liderava o grupo de *rap* Fação Central. Que o Brasil vivencia, há muito tempo, uma guerra que hoje não é mais tão invisível, que atinge setores populares da classe brasileira, vítimas diárias.

faixa emblemática (que dar nome ao álbum) do mais novo trabalho de Taddeo, lançado em março de 2020, a partir das reflexões teóricas do pensador contemporâneo Achille Mbembe (2014;2018), estabelecendo uma aproximação do conteúdo desta crônica musical que, a nosso ver, traz uma dimensão importante do “vivido”, individual e coletivo, com a discussão sobre necropolítica que no contexto brasileiro remete tanto ao debate sobre políticas de segurança públicas adotadas pelo Estado quanto a continuidades de formas coloniais de desumanização presentes no cotidiano das periferias dos centros urbanos.

No primeiro tópico apresento, brevemente, a crítica pós-colonial de Achille Mbembe (2014; 2018) a partir da pertinência teórica do conceito de necropolítica para pensar aspectos fundamentais da realidade brasileira. No tópico seguinte, aponto a convergência e estabeleço uma relação entre a crônica musical que analiso e a perspectiva da política da eliminação do inimigo, de Mbembe, executada pelo Estado Brasileiro. Nessa parte fica nítido que o “*necrotério dos vivos*”, *rap* que tomo como objeto de análise, traz aspectos evidentes da realidade social brasileira e também da trajetória de vida² do autor/*rapper*.

Por fim, apresento nas considerações finais uma breve constatação de que as crônicas musicais do *rapper* Eduardo Taddeo, ex-FC, e mais especificamente a faixa título de seu trabalho mais recente, trazem elementos sociopolíticos e culturais importantes para compreensão da realidade brasileira. Essa produção política/cultural apresenta e denuncia características marcantes e estruturais da sociedade brasileira – como a desigualdade, o preconceito racial e de classe, processos de exclusão e violência estatal/policial.

² Eduardo teve uma infância conturbada, marcada por privações. Largou a Escola ainda na 5ª série do ensino fundamental. Na juventude cometeu pequenos delitos.

A atualidade de Mbembe no debate sobre a política como trabalho de morte e de uma concepção de soberania que se expressa no direito de matar (2018, p.16) converge com as experiências sociais de violência estatal/policial nos lugares subalternizados de nosso país, onde a licença para matar se materializa no “*primeiro mata, depois pergunta quem é*”. Nesses lugares ocorrem o assassinato massivo e sistemático de pessoas consideradas descartáveis para os grupos dominantes. No Brasil a necropolítica se destina para aqueles refugiados em seu próprio país, que sempre os renegou como ser humano e cidadão, definindo quando e quem deve morrer ou viver.

2. NECROPOLÍTICA E REALIDADE BRASILEIRA – BREVE PANORAMA.

No livro “*Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*” (2014), Achille Mbembe define a perspectiva crítica pós-colonial como uma constelação intelectual resultante da circulação de saberes de diversas tradições do pensamento anti-imperialista (2014, p.68). Reflete sobre as continuidades da colonização, a eficiência de suas estruturas, mas de forma dialética, concebe também a descolonização como insurreição e experiências de emergências (MBEMBE, 2014, p.19). Nesse texto destaco um aspecto da ampla contribuição deste autor para o debate contemporâneo sobre a ação do Estado como agente da morte, ou, da política como trabalho de morte, para compreensão de aspectos fundamentais e atuais da realidade sócio-histórica brasileira. Nesse intuito, apresento de maneira sintética números que traduzem a natureza estrutural do racismo de Estado brasileiro. De acordo com o IBGE, em 2016, a população negra (pretos e pardos) somava 54,9% dos brasileiros³. Entre 2006 e 2016, homicídios de negros

³ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pretos>

aumentaram 23,1%, enquanto do restante da população reduziram 6,8%. Em 2016 a taxa de homicídios de negros foi de 40,2 mortes para cada 100 mil habitantes, os demais grupos registraram 16 mortes para cada 100 mil. Isso significa que 71,5% dos assassinados foram negros⁴. Apesar dos homens negros serem as maiores vítimas de homicídio, a mulher negra segue o mesmo padrão⁵. Segundo o Atlas da Violência (2018), homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos. No período de dez anos, 324.967 jovens foram assassinados no Brasil.

Em 2018 um estudo da diretora do Fórum Brasileiro de Segurança⁶, apontou que há mais jovens negros mortos por policiais do que por homicídios dolosos no Estado de São Paulo. Entre 2014 e 2016, 16% dos mortos por policiais tinham menos de 17 anos – o que representa mais que o dobro daqueles que eram vítimas de homicídios em geral (8%). Além disso, 67% das vítimas fatais de ações policiais eram negras contra 46% do total de homicídios. Em julho de 2017, segundo dados obtidos através da Lei de Acesso à Informação⁷, 09 entre cada 10 pessoas mortas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro eram negras. Informações com base em boletins de ocorrência da Polícia Civil do RJ mostram que, ao menos, 1.227 pessoas foram mortas pela polícia entre janeiro de 2016 e março de 2017, metade delas tinham até 29 anos e residiam na periferia.

Esse panorama é o cenário dos dramas e experiências de racismo narrados nas crônicas musicais de importantes grupos de *rap*, e evidencia a existência

⁴ Informações são do Atlas da Violência 2018, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sobre dados do Ministério da Saúde.

⁵ No mesmo período de dez anos, enquanto a taxa de homicídio de mulheres negras cresceu 15,4%, a das mulheres não-negras caiu 8%.

⁶ Para matéria detalhada consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/policia-mata-mais-homens-negros-e-jovens-no-estado-de-sao-paulo.shtml>

⁷ Para maiores informações acessar: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/26/rj-9-em-cada-10-mortos-pela-policia-no-rio-sao-negros-ou-pardos.htm>

das chamadas tipografias da crueldade. Para Mbembe, os lugares subalternizados com licença para matar têm endereço e densidade negras. Recorrendo aos índices e levantamentos apresentados acima, observa-se, por exemplo, que as causas da morte de jovens brancos de classe média em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro são acidentes de carro e fatalidades. A incidência de mortes por policiais nessas cidades ocorre com jovens negros da periferia. Isso quer dizer que há uma incidência de morte em que o Estado é o agente.

O ressentimento daqueles cuja vida é descartável, como demonstram os índices, produz uma estética da violência: “rimas agressivas”, como as do *rapper* Eduardo Taddeo, denunciam a engenharia da desigualdade e suscitam críticas e polêmicas quando defendem que a criminalidade e violência protagonizadas por jovens negros das favelas são consequências da concentração de renda, do preconceito racial e de classe, da ineficiência do Estado em promover efetivamente a justiça social.

Dessa forma, música e cidadania, arte urbana e política se entrecruzam e fazem da cultura *hip-hop*, e especificamente do *rap*, uma ferramenta de resistência, politicamente combativa e de oposição à cultura consensual que o classifica como inferior.

Roberto Camargos (2015) classifica como *rap* “engajado” a vertente mais expressiva dessa cultura musical no Brasil. Engajado porque traz em forma de crônicas, músicas, relatos de privações, denúncias de violência e abandono por parte dos poderes instituídos. Nesse ponto, chegamos à crítica a função do Estado neoliberal desenvolvida pelo pensador camaronense, cuja referência fundamental é a economia da vida e da morte de Michel Foucault (1999), a discussão sobre biopolítica como uma tecnologia de poder.

Mbembe (2018) fala em “estado de exceção” e “estado de sítio” como “base normativa do direito de matar” referindo-se ao nazismo e ao território palestino; e num movimento de recuo histórico afirma que experiências do

estado de exceção existem desde a época colonial-imperial, e permanecem, sob diversos aspectos até os dias de hoje. O conceito de necropolítica é compatível com o Estado de exceção, de terror, e constitui uma política da morte adaptada as estratégias de segurança do Estado que, nessa perspectiva, escolhe quem deve viver e quem deve morrer, fazendo uso ilegítimo da força, adota a política da inimizade, do extermínio. Não se trata de um episódio isolado, um acontecimento que foge a regra. Essa política de morte se torna a regra num contexto onde novas formas de segregação socioespacial, violências e miséria estrutural substituem as antigas divisões coloniais.

No contexto atual da sociedade brasileira essa discussão é feita para pensar as mortes causadas pela polícia nos territórios periféricos das cidades, nos conflitos agrários dos rincões do país, lugares em que se exerce a necropolítica. Esta reúne elementos que são reflexíveis para pensar nossas políticas de segurança pública, cujo um dos desdobramentos é a militarização da força para combater a violência e criminalidade. Assim, não precisa existir serviços de inteligência, de combate efetivo e organizado da criminalidade, basta somente a perseguição, o encarceramento ou extermínio daqueles considerados perigosos.

Disso podemos concluir que o Estado não cumpre seu papel por definição, a saber, prover as vidas, garantir que realmente serão vividas. Ao operar a morte de seus cidadãos e oficializar “a política como trabalho da morte” atesta sua falência e abre mão de seu poder conciliatório. Nessa discussão a necropolítica consiste, nas sociedades contemporâneas, em uma forma dos Estados exercerem a soberania decidindo sobre a morte de seus cidadãos. O poder político tem impacto direto sobre a vida dos cidadãos, decidindo assim quem vive e quem morre, considerando para estas decisões características como o fenótipo, lugar onde reside e condições econômicas.

3. O NECROTÉRIO DOS VIVOS: ENTRE A MORTE
POLÍTICO-SOCIAL E A POLÍTICA DE ELIMINAÇÃO (DE
FATO) DOS “INIMIGOS” DO ESTADO

Nessa parte do artigo aponto a convergência entre a crônica musical aqui analisada e a perspectiva da política da eliminação do inimigo, de Mbembe, executada pelo Estado Brasileiro. Nesse sentido, destaco dois trechos do *rap* necrotério dos vivos, segunda faixa do CD de mesmo título, cuja ideia e denuncia central é a perversidade institucionalizada e naturalizada que marcam corpos e territórios e os conduz à morte política, social e de fato.

“Viver é ter a opção de não ser torturado
pelo delegado pra sumir os homicídios
do bairro,
E poder criar uma sociedade onde os
nossos ouvidos não ouça um comandante
da ROTA estuprar o Art. 5º
São iguais perante a lei um caralho,
Tem uma abordagem pra favela e outra
pro bairro valorizado (...)”.

“Não teve vela no castiçal e crucifixo
Mas desde o ventre materno tão te
velando vivo
Quando se tem que sequestrar os filhos
do gerente
Você existe biologicamente, mas não
socialmente
Não passa de um escravo comprado
Com os direitos roubados pelo ministério

do trabalho”

A narrativa acima traz possibilidades de repensar as continuidades e marcas da colonização ainda vivas, mesmo após dois séculos de sua independência política formal. Com destaque para as violências ao qual as pessoas que habitam os bolsões de pobreza no país passam cotidianamente – operacionadas pelos instrumentos de segregação econômica, espacial e racial utilizados pelo poder público e setores da sociedade – aponta para um cenário onde a colonialidade longe de está restrita ao passado, se configura como a matriz de nossa realidade presente. O álbum Necrotério dos vivos, e mais especificamente a faixa-título que problematizamos neste artigo, traz reflexões sobre os grilhões socio-econômicos, políticos e culturais que ainda persistem em países colonizados.

Segundo Mbembe os “mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte” e a “eliminação dos inimigos do Estado” vem desde os tempos do imperialismo colonial, da escravidão. Não se pode dizer que nada mudou, mas uma concepção de fundo permanece. O braço policial nas favelas e periferias brasileiras substitui o capitão do mato, cuja função era perseguir os escravos fugitivos e entregá-los aos seus proprietários. Com o fim da escravidão oficializada, institui-se uma polícia com o objetivo claro de perseguição, que se dá a partir de questões sociais, raciais, de gênero e de território. A polícia “não toca o terror” em espaços considerados de elite, não invade esses territórios. A vocação persecutória da polícia só é válida para a humanidade subalterna, é esta que ela invade e viola.

“Que depois de atirar no uniforme da
escola
Ainda faz postagem difamatória (...)
O pior é saber que a criança no chão da
escola

Em breve vai tá liderando conflito lá
fora,
Vai ser vítima da polícia e do blogueiro
Que pede tratamento à pólvora pro povo
brasileiro,
Meio ambiente não influencia seu cú!
É um mês indigente pra querer malote do
Itaú
O que importa ter sinal vital
Quando não se freia os pelotões do
terrorismo estatal”.

“(…) Foda-se sua declaração de nascido
vivo
Assassinaram o controle do seu destino
Se o Garra quiser inventa reunião de
facção
E espalha a carne da sua família por um
quarteirão (...)
Enquanto eles criminalizam movimento
social
Metralham denunciador de abuso
policial”

As narrativas de Taddeo não apresentam nenhum tipo de eufemismo. Traço também marcante é a visão de que o crime e a violência são produtos da lógica da desigualdade social. Os temas que aborda em suas crônicas musicais, a forma contundente e crua com a qual os expõe, a linguagem agressiva, repleta de gírias e palavrões, as batidas fortes são elementos e

recursos característicos do *rapper* que dificilmente encontram paralelo na história do *rap* nacional. Cronista de um tempo de guerra, busca dar vazão a sentimentos que se formaram na vivência de situações-limite, por isso o resultado de suas produções é complexo, contraditório e mesmo indigesto. Remetem a práticas de violência cometidas pelo Estado, logo, pouco noticiadas, criminalizadas ou contestadas.

(...) Quando não se vê que ódio é a
legítima defesa
Pra que o bebê não cumpra pena com a
mãe presa
Enquanto somos politicamente
sepultados
800 mil sonham com um bom advogado
O não contemplado no BNDES
Se desenvolve derrubando quem vacilou
no GPS (...).”

“No dia que fechar com algoz tive morte
encefálica
Odeio a casa grande, nasci na senzala
Por mim eu tatuaria na testa do grã-fino
Ladrão vacilão, matador de meninos”

Como é possível constatar no trecho acima, luto, dor, revolta e revanche embasam as narrativas cujo cenário são territórios onde a violência e segregação são latentes. O tema do encarceramento em massa presente no *rap* acima consiste, na opinião de Taddeo, numa escolha política prática para os governos que, em vez de agirem contra as estruturas que garantem a reprodução de desigualdades e violências, constroem mais presídios para

isolar a massa marginalizada, considerada sub ou não humana. Estamos falando, segundo dados⁸, de um montante de vidas perdidas e trancafiadas que numericamente se parecem mais com um país em plena guerra civil, fenômeno que não pode ser entendido fora de um contexto de permanências advindas do período escravocrata-colonial.

A função de “conscientizar” os jovens das periferias urbanas é algo característico do *rap* engajado, desempenhada por grupos de *raps* ou *rappers* em produções solo. Mas dificilmente de forma tão visceral quanto a proposta por Eduardo Taddeo, desde a época em que liderava o Fação-Central até seus trabalhos-solos mais recentes. Essa conscientização aparece algumas vezes de forma direta: “*quer uma dica pra reanimação de cidadania? Leia a constituição 5 Minutos por dia (...)*”; noutras de forma contraditória e paradoxal: “*(...) é um mês indigente pra querer malote do Itaú*”. Isso porque a “vida no crime” muitas vezes é identificada com a vontade que os jovens periféricos têm de consumir ou de adquirir status.

Recorrendo mais uma vez a Mbembe, concordamos que racismo, capitalismo e necropolítica são inseparáveis: sustentaram no passado as mortes nas colônias durante a escravidão oficial, e sustentam agora o que o autor chama de “guerras contemporâneas”. Importante lembrar que parte significativa da obra musical de Eduardo Taddeo defende a tese de que no

⁸ Atualmente, cerca de 55% da população carcerária brasileira é composta por jovens; 64% são pessoas negras; aproximadamente 90% não concluiu o ensino médio e, nesse cenário parcela significativa é oriunda dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora (BRASIL, 2017). Sobre a política de encarceramento em curso no país, entre os anos de 1990 e 2016 houve um crescimento de 707,4% na quantidade de pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais (sistema integrado de informações penitenciárias – InfoPen). No mesmo período, de acordo com o IBGE, o crescimento populacional do país foi de aproximadamente 40%. No ano de 2016 a população prisional no Brasil era composta por 726,7 mil indivíduos – ou seja, a 3ª maior população carcerária em números absolutos e a 4ª em números relativos (Brasil, 2017; IBGE, 1990, 2016).

Brasil vivemos uma guerra, com envolvimento de todos os segmentos da sociedade e vítimas cotidianas⁹.

As principais vítimas dessas guerras contemporâneas são a “massa sobrando” não absorvida pelo mercado de trabalho. Corpos negros que no passado foram escravizados, despidos de sua humanidade e tornados mercadorias, e hoje não interessam mais para o capital. São pessoas que estão vivendo nas franjas do sistema social, marginalizadas, como bem retrata o *rap* que analisamos. Nesse processo de marginalização é que se cria linhas divisórias de “nós e outros”, e são esses outros que podem ser alvo de tudo: da exclusão e morte política e até mesmo da morte de fato, do extermínio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) Fugi à regra, não tô no latrocínio

Esperando progressão depois de cumprir dois quintos

Tô fazendo sangue e circo, virar vida e livro

Mesmo que um tribunal condene meu ativismo”.

A necropolítica é o poder de decisão sobre quem vive e quem morre exercido pelo Estado e, antes, pelo sistema colonial. Do ponto de vista jurídico não somos mais colônias, apesar de nunca termos deixado de ser no ponto de vista político. A colônia tinha uma expropriação do corpo que era escravizado, um corpo moeda, objeto. Despido do direito à humanidade, na afetividade, nas atividades sociais, em sua dignidade, tornava-se uma espécie de morto em vida – sob esse aspecto, a crônica cantada/narrada no *rap* “*estamos todos mortos*”, faixa-introdução que antecede a que analisamos, é formidável na sua forma e conteúdo.

⁹ Eduardo Taddeo é autor do livro *A guerra não declarada na visão de um favelado*, 1ª edição, São Paulo, Edição do Autor, 2012. O volume II do livro data de janeiro de 2016.

O que permanece como herança na atualidade é o corpo que é matável. Não se trata mais do estatuto jurídico do escravizado, mas a escravização ocorre de outras formas, a partir de imaginários, de políticas que definem o normal e o desviante, o bem e o mal, o amigo e o inimigo do Estado. As periferias brasileiras são espaços vivos dessa catastrófica e perversa herança, nas quais os direitos da pessoa humana, civis, políticos e sociais são continuamente e sistematicamente violados pelos agentes do Estado. Mesmo considerados cidadãos pela Constituição de 1988, seus direitos civis são pouco efetivados na prática, pois vivem exilados nas favelas, territórios em que o Estado intervém na maioria das vezes para reprimir seus moradores.

São hierarquias que se mantêm, que preservam o fantasma da escravidão e da colônia cuja presença ainda é muito forte em nossa sociedade. São essas hierarquias inclusive que orientam políticas públicas contemporâneas, que podem não constituir um conjunto das regras escritas, mas permanecem no imaginário social. Tentamos ao longo deste artigo, conforme as reflexões sobre necropolítica de Mbembe e as crônicas do “vivido” do *rapper* Eduardo Taddeo, demonstrar que essas hierarquias são responsáveis pela aceitação, pela não comoção com as mortes diárias de corpos negros nas periferias brasileiras. Afinal, nesse corpo já está escrito a possibilidade de ser violado e exterminado.

5. REFERÊNCIAS

CAMARGOS, Roberto. **Rap e política: percepções da vida social brasileira**. São Paulo: 1ª Ed. Boitempo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. *O sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada*. Luanda: Ed. Mulemba, 2014. 200 p.

TADDEO, Carlos Eduardo. *O necrotério dos vivos*, 2020 (áudio).

6. SITES CONSULTADOS:

BRASIL (2017). Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: Info Pen** – junho de 2017. Brasília, Brasil: Ministério da Justiça. Detalhar documento, relatório.

Racismo institucional leva polícia do Brasil e EUA a matar mais negros e pobres.

<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/racismo-institucional-leva-policia-do-brasil-e-dos-eua-a-matar-mais-negros-e-pobres/>>. Acesso em 28 jan. 2021.

SAKAMOTO, L. Há uma matança de jovens negros. Mas o que indigna é o preço da gasolina.

<<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/06/05/>>. Acesso em 28 jan. 2021.

Taxa de homicídios de negros cresce 23% em 10 anos; mortes de brancos caem.

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/taxa-de-homicidios-de-negros-cresce-26-em-10-anos-mortes-de-brancos-caem.htm>> Acesso em 28 jan. 2021.

